

**DEFESA DO TRABALHO INFANTIL NO BRASIL:  
ARGUMENTAÇÃO E SENTIDOS**

*Florisbete de Jesus Silva* (FNSL-Porto Seguro-BA)  
[florisbete@gmail.com](mailto:florisbete@gmail.com)

**RESUMO**

Este artigo apresenta uma análise de argumentos que defendem o trabalho infantil no Brasil, tomando como *corpus* comentários sobre afirmações do presidente do nosso país, acerca desse tipo de atividade, em um vídeo publicado pelo jornal digital “Poder 360”, no dia 11 de setembro de 2020. Tais argumentos são analisados a partir de uma perspectiva materialista, por meio da qual a argumentação permite observar o funcionamento do político na língua. O aporte teórico-metodológico mobilizado é a Semântica Enunciativa do Acontecimento, construção teórica desenvolvida por Guimarães (2002; 2005; 2018), que toma a enunciação como um acontecimento do funcionamento da língua, trazendo a compreensão de que a constituição do sentido é histórica e a relação do sujeito com a língua ocorre pelo seu agenciamento no espaço de enunciação, um espaço de relação de línguas que constitui desigualmente os falantes. As análises apontam que os argumentos apresentados nos comentários constroem sentidos que direcionam para a conclusão de que o trabalho infantil é prazeroso, uma forma de combater o envolvimento com atividades ilícitas e de conquistar estabilidade financeira no futuro, significados que apagam as formas de exploração às quais muitas crianças e adolescentes brasileiras/os estão expostas/os.

**Palavras-chave:**

**Argumentação. Sentidos. Trabalho Infantil.**

**ABSTRACT**

This article presents an analysis of arguments that defend child labor in Brazil, using as corpus comments on statements made by the president of our country about this type of activity, in a video published by the digital newspaper “Poder 360”, on September 11, 2020. Such arguments are analyzed from a materialistic perspective, through which the argument allows to observe the functioning of the politician in the language. The theoretical-methodological contribution mobilized is the Enunciative Semantics of the Event, a theoretical construction developed by Guimarães (2002; 2005; 2018), which takes the enunciation as an event of the functioning of language, bringing the understanding that the constitution of meaning is historical and the subject's relationship with language occurs through its agency in the enunciation space, a space for the relationship of languages that unequally constitutes the speakers. The analyzes show that the arguments presented in the comments build meanings that lead to the conclusion that child labor is pleasurable, a way to combat involvement in illegal activities and to achieve financial stability in the future, meanings that erase the forms of exploitation to which many Brazilian children and adolescents are exposed.

**Keywords:**

**Argumentation. Meanings. Child labor.**

## 1. Introdução

Um vídeo publicado pelo jornal digital “Poder 360”<sup>202</sup>, no dia 11 de setembro de 2020, mostra uma conversa entre o atual Presidente do Brasil e uma *youtuber* mirim, de 10 anos, em que ela afirma que começou a carreira cedo, com 06 anos, e seus pais começaram a trabalhar com 13 anos. No decorrer da conversa, o presidente faz afirmações que nos permitem inferir que é a favor do trabalho infantil, a exemplo de um trecho transcrito pelo jornal: “Deixa o moleque trabalhar. Eu trabalhei, aprendi a dirigir com 12 anos. Molecada quer trabalhar, trabalha. Hoje, se está na Cracolândia [em São Paulo], ninguém faz nada com o moleque”.

O Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil (FNPETI) repudia declarações desse tipo, afirmando que “trabalho infantil é uma grave violação de direitos e precisa ser enfrentada pela sensibilização da sociedade brasileira e pela implementação de políticas públicas” (FNPETI, 2020)<sup>203</sup>. Acrescenta, ainda, que não podemos ignorar o número de crianças e adolescentes vítimas de acidentes e exploração no ambiente de trabalho, bem como o número (mais de 46 mil) que tem problemas de saúde, em função do trabalho precoce. Além disso, o trabalho infantil afasta crianças e adolescentes da escola, como demonstra pesquisa realizada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), citada pelo FNPETI, cujos dados revelam que “85 mil crianças e adolescentes de 6 a 14 anos estão fora da escola. Entre os adolescentes de 15 a 17 anos, o número é ainda maior: 679 mil” (INEP *apud* FNPETI, 2020).

Declarações como a do presidente vão de encontro à legislação desse país, a começar pela Constituição de 1988, que garante os direitos fundamentais de todos os cidadãos brasileiros. Também demonstram indiferença em relação à luta que vem sendo desempenhada ao longo dos anos, em prol da defesa desses direitos, dentre eles aqueles que estão assegurados no artigo 227 da referida Constituição, que estabelece como dever não apenas da sociedade e da família, mas também do Estado, que o presidente representa neste momento político atual, garantir “o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à

---

<sup>202</sup> Poder 360: Jair Bolsonaro volta a defender trabalho infantil em live. Disponível em: <https://youtu.be/TGIU0Q6LK0Q>. Acesso em: 22 de outubro de 2020.

<sup>203</sup> FNPETI. *Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil*, 2020. Disponível em: <https://fnpeti.org.br/noticias/2020/08/26/fnpeti-repudia-declaracao-do-presidente-em-apologia-ao-trabalho-infantil/>. Acesso em: 23 de outubro de 2020.

cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária”. Além disso, o artigo também aponta como responsabilidade do Estado, o combate a “toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão”.

O vídeo publicado no “Poder 360” teve 9.799 visualizações, 387 comentários e causou um debate social que dividiu os sujeitos, alguns concordando com o presidente e até defendendo o trabalho infantil, outros refutando essa defesa, argumentando sobre o perigo de se apresentar experiências pessoais positivas para justificar questões tão sérias, como é o caso do trabalho infantil, o qual tem privado milhares de crianças em nosso país do direito de viver a infância sem a responsabilidade de contribuir com o sustento da família, situação que as impede não apenas de ter um tempo maior (ou, ainda, de não tê-lo) para se dedicarem aos estudos, mas também de se desenvolverem de forma saudável.

Os comentários que apoiam as afirmações do presidente, defendendo, assim como ele, o trabalho infantil, publicados como resposta ao vídeo exibido pelo “Poder 360”, constituem nosso *corpus* de análise neste trabalho, cujo objetivo é compreender os sentidos postos nesses argumentos e identificar para qual conclusão os mesmos estão direcionados.

## **2. Semântica Enunciativa do Acontecimento: nosso aporte teórico de análise**

A Semântica Enunciativa do Acontecimento, desenvolvida pelo Professor Eduardo Guimarães e sua equipe de pesquisa, é uma construção teórica que designa a enunciação como um acontecimento sócio-histórico, onde se dá a relação do sujeito com a língua, e deve acontecer num espaço em que haja possibilidade de se pensar como o sentido se constitui historicamente (GUIMARÃES, 2005b [2002]; 2018).

Quando enunciamos, instaura-se o acontecimento de enunciação; este acontecimento do dizer é o responsável por instalar uma temporalidade, ou seja, o dizer traz para o presente da enunciação um memorável, que não é uma lembrança individual, mas rememoração de enunciações que apontam para uma latência de futuro, compreendida como as diversas possibilidades de interpretação (GUIMARÃES, [2002] 2005b).

Para melhor compreender essa questão, tomemos o enunciado “Trabalho Infantil”, o qual recorta diversos memoráveis, dentre os quais

podemos destacar: memoráveis de denúncias de exploração e escravização de crianças e adolescentes na sociedade brasileira; memoráveis dos movimentos que combatem esse tipo de atividade; memoráveis de movimentos que defendem essa atividade, baseados na crença de que ela é uma forma de evitar o envolvimento de crianças em atividades identificadas como ilícitas. Nesse sentido, esses memoráveis não são lembranças, mas acontecimentos históricos e políticos marcados pelo embate, pela luta em prol do direito de dizer e ser ouvido.

Para a Semântica Enunciativa do Acontecimento, os sujeitos/falantes não são indivíduos, mas categorias enunciativas. Eles são determinados pelas línguas que falam, são autorizados a dizer certas coisas e não outras, a poder falar de certos lugares sociais e não de outros. Assim, tornam-se uma figura política ao assumir a palavra, por estarem constituídos pelos espaços de enunciação, que não são espaços físicos, mas espaços políticos, de funcionamento da língua, em que o direito de dizer e o modo de dizer tornam-se objetos de disputa constante. O político, aqui, é entendido como “algo que é próprio da divisão, que afeta materialmente a linguagem, o acontecimento da enunciação”. Ele é o “fundamento das relações sociais, no que tem importância central a linguagem”, e se caracteriza “pela contradição de uma normatividade que estabelece (desigualmente) uma divisão do real e a afirmação de pertencimento dos que não estão incluídos”; ele é “um conflito entre uma divisão normativa e desigual do real e uma redivisão pela qual os desiguais afirmam seu pertencimento” (GUIMARÃES, 2005b [2002], p. 16).

Os modos específicos de acesso à palavra são constituídos pela cena enunciativa, um espaço particular, onde os lugares de enunciação no acontecimento são distribuídos. Esses lugares “são configurações específicas do agenciamento enunciativo para aquele que fala e aquele para quem se fala, que não são pessoas donas do seu dizer, mas lugares constituídos pelos dizeres” (GUIMARÃES, 2005b [2002], p. 23).

A cena enunciativa é configurada por Guimarães da seguinte forma:

Na cena enunciativa aquele que fala ou aquele para quem se fala não são pessoas, mas uma configuração do agenciamento enunciativo. São lugares constituídos pelos dizeres e não pessoas donas de seu dizer. Assumir a palavra é pôr-se no lugar de quem enuncia, o lugar de Locutor (com L maiúsculo), o qual se representa no próprio dizer como fonte deste dizer. Para se estar no lugar de L é necessário estar afetado pelos lugares sociais autorizados a falar, e de que modo, e em que língua (enquanto falantes). Em outras palavras, o Locutor só pode falar enquanto predicado por um lugar social, que chamaremos de locutor-x. A cena enunciativa coloca em jogo,

também, lugares de dizer que estamos aqui chamando de enunciadores (coletivo, individual, universal, genérico). E estes se apresentam sempre como a representação da inexistência dos lugares sociais do locutor. E embora sempre se apresentem como independentes da história ou fora da história, são lugares próprios de uma história. (GUIMARÃES, 2005b [2002], p. 23-4; 26)<sup>204</sup>

Nessa configuração da cena enunciativa,

[...] o Locutor só pode falar enquanto predicado por um lugar social ao que chamaremos de locutor-x; onde o locutor (com minúscula) sempre vem predicado por um lugar social que a variável x representa (presidente, governador, etc..)” (GUIMARÃES, 2005b [2002]; p. 24)

Ainda discutindo sobre os enunciadores, o autor afirma que o enunciador-individual é mobilizado “quando a enunciação representa o Locutor como independente da história; o enunciador-genérico é “quando a enunciação representa o Locutor como difuso num todos em que o indivíduo fala como e com outros indivíduos”; o enunciador-universal é “quando a enunciação representa o Locutor fora da história e submetido ao regime do verdadeiro ou falso” (*Id., ibid.*, p. 26). Quanto ao enunciador-coletivo, é quando a enunciação representa o Locutor “ligado a um lugar corporativo, de um conjunto, que o dizer apresenta como um todo específico” (GUIMARÃES, 2012a, p. 193).

Guimarães discute, ainda, que a relação do leitor/analista de um texto também é um lugar constituído pela cena enunciativa, uma vez que “a interpretação não se faz a partir de um lugar das motivações pessoais, mas de um lugar social”. Desse modo, o leitor é agenciado enquanto alocutário-x, cuja relação com o texto se dá no presente e no futuro, já que “o futuro é, no acontecimento, o tempo da interpretação” (GUIMARÃES, 2017 [2012], p. 46-7).

Para analisar o funcionamento da argumentação nas cenas enunciativas onde aparecem os dizeres sobre o trabalho infantil, procuramos compreender como os sentidos são produzidos pela língua, à medida que esta é afetada pela exterioridade. Como diz Guimarães (1998, p. 114-15), “é preciso pensar o sentido como diferente do dito (explícito e implícito).

---

<sup>204</sup> Em *Semântica Enunciação e Sentido* (2018), Eduardo Guimarães traz uma nova configuração da cena enunciativa, apresentando uma divisão constitutiva entre o Locutor e o alocutor-x (não mais locutor-x); e a relação de alocação que se instaura entre Locutor (L) e Locutário (LT) e entre alocutor (al) e alocutário (at). Nesta pesquisa, optamos por utilizar a configuração construída pelo autor na obra *Semântica do Acontecimento* (2005b [2002]), por acreditarmos que essa configuração dá conta de explicitar o funcionamento político do dizer.

Caso contrário, retorna, de algum modo, uma certa concepção de transparência do sujeito e do dizer”.

No que diz respeito à argumentação, o autor a designa como

[...] o elemento do processo de significação produzida pelo acontecimento de enunciação, uma relação em que algo que se diz, *demonstra, prova, garante* o que se pode concluir a partir de fatos apresentados por uma enunciação. (GUIMARÃES, 2018, p. 95-6) (grifos do autor)

Esse dizer que sustenta uma posição não é intencional, uma vez que ele se constitui na cena enunciativa, por meio do agenciamento que autoriza o Locutor a falar de um lugar social, o de locutor-x, para outro lugar social, o de alocutário-x.

Argumentar, para o autor, é conduzir o texto para uma finalidade, mas isso não se dá por meio de uma intencionalidade do falante, pois “o enunciado representa uma diretividade própria da língua”. Esta diretividade é sustentada “pelo já-dito do interdiscurso que movimenta a língua, colocando-a em funcionamento” (GUIMARÃES, 2005a, p. 78, 80). Essa orientação argumentativa estabelece como um enunciado determina o que deve ser compreendido como argumento para, e o que deve ser compreendido como sua conclusão.

Nesse sentido, a argumentação é “significação produzida pela enunciação”. Ela não é a “busca da persuasão, pois isto seria tomá-la fora das relações de sentido, como efeito segundo”. Seu sentido é o “da sustentação de uma posição sobre algo que a enunciação significa”. Desse modo, “podemos considerá-la como constituída politicamente e devemos analisar seu funcionamento especificamente político, no sentido que damos a este termo” (GUIMARÃES, 2018, p. 108).

Partindo desse lugar, dizemos que o funcionamento da argumentação não está atrelado a uma posição teórica que a utiliza com o objetivo de persuadir um determinado auditório a crer em algo ou fazer alguma coisa. Ele se dá em relações de embates, de contendas, onde os sentidos significam algo do real, se formam e se transformam em outros sentidos, dividem-se, entram em conflito na cena enunciativa.

### **3. *Análise do corpus***

Para mostrar o funcionamento político da argumentação nos comentários atrelados ao vídeo, estes foram divididos em três blocos: no primeiro bloco estão aqueles que amenizam o trabalho infantil com rela-

tos de atividades realizadas em estabelecimentos pertencentes à família, as quais são diferentes do trabalho e da exploração a que ainda estão submetidas muitas crianças e adolescentes neste país; no segundo bloco estão os comentários que legitimam o discurso de que o trabalho infantil funciona como uma prevenção contra a inserção na criminalidade e contra o uso de drogas; no terceiro bloco estão os que constroem sentidos para o trabalho infantil que o significam como algo positivo, que ajuda a ter estabilidade financeira no futuro e ensina crianças e adolescentes a não roubarem.

Iniciemos, então, a análise do primeiro bloco, cujos comentários<sup>205</sup> trazem para o presente do acontecimento o memorável de tarefas realizadas pela criança, com o apoio e o acompanhamento da família, visando ao desenvolvimento da responsabilidade e da autonomia.

Comentário 1: [A] **Ola, comecei a trabalhar cedo e estudar Também,[B] pela manha ia pro trabalho com meu Pai e a tarde para escola,** [C] Agradeço muito a meu e a minha Mae,[D] hoje tenho Minha Família, sou Uma Pessoa do bem graças A Deus e a meus Pais (J.O). (Grifos nossos).

Comentário 2: (...) [A] **Acho sim, que o trabalho é importante,[B] principalmente se vc é de família humilde, desde cedo tem que ajudar em casa,** [C] mimha prima dentista coloca a filha pra ajuda e no consultorio, já iniciando orientação sobre a profissão, [D] a criança com 12 anos adora ir ao consultório e dicar (ficar) lá auxiliando sua mãe(...) (D.R). (Grifos nossos).

Em cada cena enunciativa, o Locutor, aqui compreendido como responsável pelo dizer, toma a palavra como locutor-idealista e mobiliza um enunciador-individual para demonstrar, de forma idealizada, seus argumentos acerca do trabalho na infância.

O argumento apresentado nos enunciados (1A), (1B) e (1C) [“comecei a trabalhar cedo e estudar Também; pela manha ia pro trabalho com meu Pai e a tarde para escola; Agradeço muito a meu e a minha Mae”], no primeiro comentário, direciona para a conclusão de que o trabalho infantil, iniciado desde cedo, aliado aos estudos, auxilia na formação do caráter, e esta conclusão é sustentada pelo argumento no enunciado (1D) [“hoje tenho Minha Família, sou Uma Pessoa do bem graças A Deus e a meus Pais”]. Sendo assim, nesse dizer estão postos sentidos que encaminham para a interpretação de que todas as pessoas sem caráter, as pessoas que não são do bem, possuem essas características porque

---

<sup>205</sup> Os comentários estão escritos na íntegra.

não aliam o trabalho e o estudo na infância. Esse dizer contradiz os acontecimentos que têm produzido muitos embates em nosso país, uma vez que tem se tornado comum pessoas que afirmam ter trabalhado e estudado na infância envolvidas em escândalos que demonstram que elas não têm esse caráter ilibado, defendido pelo locutor.

No segundo comentário, o dizer do locutor, em (2B) [“principalmente se vc é de família humilde, desde cedo tem que ajudar em casa”], sustenta a conclusão de que trabalhar na infância não é uma atividade que possa ser descartada, como demonstra o argumento no enunciado (2A) [“o trabalho infantil é importante”], e os sentidos construídos nesse dizer encaminham para a interpretação de que pertencer às classes mais pobres é um pré-requisito para a obrigatoriedade do trabalho infantil, o que podemos inferir pelo uso da expressão linguística com valor modal [“tem que ajudar”].

Para melhor compreender o sentido de “família humilde”, citada pelo locutor, vamos analisar o Domínio Semântico de Determinação (DSD) dessa formação linguística, tomando como base os critérios criados para inscrição no Programa Bolsa Família, já que existe um discurso em nossa sociedade que este programa é destinado às famílias humildes deste país, como demonstra o discurso do presidente Jair Bolsonaro, ao afirmar que “o benefício faz muita diferença para os mais humildes”<sup>206</sup>.

Para o Ministério da Cidadania, “o programa atende às famílias que vivem em situação de pobreza e de extrema pobreza” e os critérios para selecionar essas famílias são os seguintes: “renda por pessoa de até R\$89,00 mensais (extrema pobreza); renda por pessoa entre R\$89,01 e R\$178,00 mensais, desde que tenham crianças ou adolescentes de 0 a 17 anos (pobreza)”<sup>207</sup>.

Segundo Guimarães (2007), o DSD é o procedimento que explica como funciona o sentido da palavra no texto, mediante a relação enunciativa que ela mantém com outras palavras que ali também estão funcionando. Para se descrever o sentido, deve-se considerar, primeiramente, a

---

<sup>206</sup> **Governo Federal anuncia 13ª parcela aos beneficiários do Bolsa Família.** Por Diego Queijo. Assessoria de Comunicação, Ministério da Cidadania. Disponível em: <http://mds.gov.br/area-de-imprensa/noticias/2019/outubro/governo-federal-anuncia-13a-parcela-aos-beneficiarios-do-bolsa-familia>. Acesso em: 23 de outubro de 2020.

<sup>207</sup> Fonte: Ministério da Cidadania. Disponível em: <http://mds.gov.br/assuntos/bolsa-familia/o-que-e/como-funciona>. Acesso em: 23 de outubro de 2020.

palavra na unidade de análise. Entende-se por unidade de análise, o enunciado em que as palavras ocorrem. É importante salientar que o enunciado deve estar integrado a um texto, seus elementos devem estar articulados, apresentando uma “consistência interna própria”, e é esta consistência que “dá a ele uma independência do texto do qual faz parte”. O significado do enunciado tem relação com “sua consistência interna e com sua independência relativa quanto ao texto”. Essa independência relativa é que vai apontar que determinado significado ocorre em virtude do texto em que a palavra está inserida (GUIMARÃES, 2007, p. 83).

Analisemos, então, a relação de sentidos no DSD para família humilde, tomando como critérios os dados do Ministério da Cidadania, anteriormente citados:

Extrema pobreza (renda per capita de até R\$ 89,00 mensais)

⊥

FAMÍLIA HUMILDE

⊤

Pobreza (renda entre R\$ 89,01 e R\$ 178,00 mensais)

Na relação de sentidos que se apresenta no DSD, família humilde é determinada (⊥, ⊤) por pobreza e extrema pobreza, uma vez que sua renda *per capita* não alcança um terço do salário mínimo atual. Diante disso, relacionando esses sentidos com o dizer do segundo comentário (D.R), podemos inferir que os tipos de trabalho infantil impostos às crianças dessas famílias são bem diferentes daquele realizado pela filha da prima do Locutor, pois quem vive em situação de pobreza ou extrema pobreza não tem condições de ter o próprio negócio. Sendo assim, é possível afirmar que no dizer “tem que ajudar em casa” estão postos sentidos que encaminham para a interpretação de que as crianças devem colaborar com ajuda financeira, para o sustento da família.

Seguindo a análise, os argumentos apresentados em (2C) [“mimha prima dentista coloca a filha pra ajuda e no consultorio, já iniciando orientação sobre a profissão”] e (2D) [“a criança com 12 anos adora ir ao consultório e dicar (*ficar* – grifo nosso) lá auxiliando sua mãe] também sustentam a posição de defesa do trabalho infantil em (2A), já que apontam essa atividade como um incentivo para a escolha de uma profissão no futuro e cita o exemplo de uma criança que, no dizer do locutor, “trabalha” e adora o que faz, legitimando, desse modo, a defesa de que trabalhar na infância é bom.

Esse dizer está em oposição às experiências vividas por crianças que trabalham fora do círculo familiar, que não conhecem as vantagens de se trabalhar em estabelecimentos próprios, como, por exemplo, fazer tarefas mais apropriadas para a idade, ter um tempo determinado para frequentar a escola, sem evasão, ter um horário de estudos nos períodos de avaliações escolares. Outra questão é que as crianças de “famílias humildes”, como as designa o locutor, não são levadas para a lida para serem orientadas a escolherem suas profissões. Elas trabalham, por horas, com o objetivo de levar dinheiro para casa.

Nas cenas enunciativas do segundo bloco, os dizeres que constituem os enunciados dos comentários recortam o memorável do trabalho como instrumento de salvação frente à criminalidade. Vejamos:

Comentário 3: [A] **Prefiro ver uma criança voltada ao trabalho honesto**[B] do que vê-la sendo aliciada pelo tráfico, iniciando uma vida criminosa (A.C).(Grifos nossos).

Comentário 4: [A] Qual vc prefere ver um garoto de 14 anos na Cracolândia[B] **ou um garoto de 14 anos trabalhando pra ter o próprio dinheiro** (P.G).(Grifos nossos).

Comentário 5: [A] **É melhor trabalhar**[B] do que roubar, [C] mente ociosa é oficina do Diabo!!![D] Se a criança quer trabalhar e estudar: porque ã?!!! (A.S). (Grifos nossos).

Os dizeres dos comentários três e quatro e dão no lugar social de locutor-previdente, associado a um enunciador-individual. Os enunciados (3A) e (4B) encaminham para a conclusão de que o trabalho infantil é um meio para o afastamento de crianças e adolescentes do crime e das drogas. Essa conclusão é sustentada nos enunciados (3B) e (4A).

A enunciação do comentário três cria sentidos para o trabalho infantil que o divide em trabalho honesto e trabalho desonesto, como podemos ver no confronto que se estabelece entre o enunciado (3A) e o enunciado (3B). Para que a criança esteja livre de ser recrutada por aliciadores que atuam em atividades ilícitas (“tráfico, vida criminosa”), o caminho apontado pelo locutor é o trabalho honesto.

No comentário quatro, a enunciação articula uma alternância, em (4B) [“ou um garoto de 14 anos trabalhando pra ter o próprio dinheiro”], que também estabelece um embate, uma vez que o dizer encaminha para a conclusão de que é preferível trabalhar do que se tornar dependente químico ou traficante, como podemos inferir por meio do enunciado (4A) [“Qual vc prefere ver um garoto de 14 anos na Cracolândia”], o qual recorta o memorável de uma área habitada, na sua maioria, por depen-

dentes químicos e traficantes, geralmente de *crack*. A afirmação “um garoto de 14 anos trabalhando pra ter o próprio dinheiro” nos permite inferir que o importante é trabalhar, não importa qual tipo de atividade desenvolva. Sendo assim, instaura-se o litígio nesses acontecimentos, uma vez que há uma defesa pelo mesmo tipo de trabalho, o infantil, mas a honestidade é citada como a base, na enunciação do comentário três, enquanto o sustento passa a ter maior importância, na enunciação do comentário quatro.

O comentário cinco também traz um argumento marcado pelo confronto, o qual se estabelece pelo uso da articulação comparativa (“do que”) que indica o melhor caminho a ser seguido, em (5A) [“É melhor trabalhar”]. O falante desta cena enunciativa é agenciado em locutor-juiz, o qual avalia o que é melhor para a criança, representando o seu dizer de um lugar individual (5A) e de um lugar universal e genérico (5C) que encaminham para a conclusão de que é preciso ocupar o tempo da criança com trabalho, para que ela não caia na tentação de pensar em se envolver com atividades ilícitas, e essa posição é sustentada pelos enunciados (5B) [“do que roubar”] e (5C) [“mente ociosa é oficina do Diabo!!!”].

O questionamento que constitui o enunciado (5D) [“Se a criança quer trabalhar e estudar: porque ã?!!!”] produz o sentido de que toda criança trabalha porque deseja. Ela “quer”, segundo o locutor, realizar duas tarefas que vão tomar todo o seu tempo de viver a infância (“trabalhar e estudar”). Esse argumento está afetado por práticas sociais que desconsideram as consequências que o trabalho infantil traz para o desenvolvimento da criança, dentre elas a evasão escolar, o que demonstra que muitas não conseguem dar conta da dupla tarefa de estudar e trabalhar.

No terceiro bloco de comentários, as enunciações predicam o trabalho infantil com sentidos que o identificam como trampolim para a mobilidade social. Essas enunciações trazem para o presente do acontecimento o memorável capitalista de que o trabalho infantil é uma forma de se obter sucesso financeiro. Vejamos:

Comentário 6: [A] **Desde os meus 12 anos que eu trabalho**[B] **agradeço muito meu pai por ter me ensinado a trabalhar cedo**[C] hoje eu sou empresário de sucesso os 29 anos (O.V).

Comentário 7: [A] **Tem q trabalhar mesmo!**[B] **Eu nasci pobre de marré,** [C] **com 11 anos comecei a trabalhar,**[D] aos 23 já era empre-

enunciador. [E] aos 30 agora tenho uma vida financeira muito boa graças a Deus (E.M).

Nas duas cenas enunciativas os falantes são agenciados em locutor-empresendedor, cujo dizer mobiliza um enunciador-individual para apresentar argumentos de que os resultados obtidos por quem começa a trabalhar cedo são positivos. Tais argumentos, apresentados nos enunciados (6A/B) [“Desde os meus 12 anos que eu trabalho”; “agradeço muito meu pai por ter me ensinado a trabalhar cedo”] e (7A/B/C) [“Tem q trabalhar mesmo!; “Eu nasci pobre de marré”; “com 11 anos comecei a trabalhar”] direcionam para a conclusão de que todos podem alcançar sucesso financeiro se começarem cedo, ainda na infância, posição sustentada nos enunciados (6C) [“hoje eu sou empresário de sucesso os 29 anos”], (7D) [“aos 23 já era empreendedor”] e (7E) [“aos 30 agora tenho uma vida financeira muito boa graças a Deus”]. Em outras palavras, os sentidos postos nas enunciações de ambos posicionam os sujeitos em um só lugar, como se todos tivessem as mesmas oportunidades, as mesmas condições de luta, de acesso aos direitos.

Apesar da exaltação do trabalho infantil, não podemos deixar de analisar o tempo dedicado ao trabalho, pelos dois Locutores, até alcançar esse sucesso. No comentário seis, o advérbio de tempo (hoje) nos permite inferir que o locutor-empresendedor teve 17 anos da sua vida dedicados ao projeto de se tornar empresário. Do mesmo modo, o advérbio “agora”, no comentário sete, indica que 19 anos de trabalho foram necessários para se obter “uma boa vida financeira”. Assim, embora não admitam, esse tempo de trabalho demonstra que a infância desses dois Locutores foi usurpada.

#### **4. Considerações finais**

As análises demonstram que os argumentos apresentados nos comentários constroem sentidos que direcionam para a conclusão de que o trabalho infantil é prazeroso, uma forma de combater o envolvimento com atividades ilícitas e de conquistar estabilidade financeira no futuro.

Esses sentidos construídos para o trabalho infantil, atrelados ao prazer, à dignidade, à salvação, ao sucesso pessoal, vão de encontro às experiências de 46 mil crianças que, de acordo com o Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil (FNPETI, 2020), apresentam sérios problemas por terem começado a trabalhar precocemente, assim como apagam o número de 27.924 acidentes graves, os quais tra-

zem como resultado 705 amputações e uma média anual de 23,25 (ou mais) mortes de crianças e adolescentes no trabalho, nos últimos 12 anos, como apontam dados do Ministério Público do Trabalho, publicados no dia 06 de outubro deste ano.<sup>208</sup>

É possível dizer que os argumentos dos locutores, sobre o trabalho infantil, estão inscritos em um lugar que predica essa atividade com sentidos que a designam como algo essencial para o desenvolvimento de crianças e adolescentes, invisibilizando os problemas acarretados por esse tipo de atividade, os riscos a que os mesmos estão expostos, a violação dos direitos dessas crianças e desses adolescentes, garantidos pela Constituição de 1988 e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Os argumentos apresentados nos comentários nos permitem refletir sobre a importância de se discutir mais sobre essa questão em nossa sociedade, a fim de que os defensores de que a criança deve trabalhar desde cedo possam reconhecer a diferença entre as atividades que idealizam para a infância, baseando-se em experiências pessoais e familiares em que trabalhar é sinônimo de auxiliar, sem as pressões e exigências que existem em uma relação empregatícia, e o trabalho infantil, marcado por histórias de explorações, violências, mutilações e mortes, a que muitas crianças e adolescentes estão expostas/os. Não é este tipo de trabalho o meio mais eficaz de combate ao envolvimento de crianças e adolescentes com atividades ilícitas. Essa situação precisa ser resolvida com a implementação de políticas públicas voltadas para esse público, dentre elas a Educação.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

GUIMARÃES, Eduardo. História, sujeito, enunciação. *Caderno de Estudos Linguísticos*, n. 35, p. 109-16, Campinas, jul./dez.1998.

\_\_\_\_\_. *Os limites do sentido: um estudo histórico e enunciativo da linguagem*. 3. ed. Campinas-SP: Pontes, 2005a.

\_\_\_\_\_. *Semântica do acontecimento: um estudo enunciativo da designação*. 2. ed. Campinas-SP: Pontes, 2005b [2002].

---

<sup>208</sup> Campanha do MPT alerta para consequências do trabalho infantil. Disponível em: <https://mpt.mp.br/pgt/noticias/campanha-do-mpt-alerta-para-consequencias-do-trabalho-infantil>.

*Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos*

\_\_\_\_\_. Posfácio. Acontecimento e argumentação. In: \_\_\_\_\_. *Texto e argumentação*. Campinas: Pontes, 2007.

\_\_\_\_\_. Ler um texto uma perspectiva enunciativa. *Revista da Abralin*, v. 12, n. 2, 2012a. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/abralin/article/view/38246>.

\_\_\_\_\_. *Análise de texto: procedimento, análise, ensino*. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 2017 [2012].

\_\_\_\_\_. *Semântica, enunciação e sentido*. Campinas-SP: Pontes, 2018.